



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE EDUCAÇÃO
NÚCLEO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS
FÓRUM ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS**

DOCUMENTO DO FÓRUM DE EJA DO ESPÍRITO SANTO PARA A SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

O Fórum de Educação de Jovens e Adultos do Espírito Santo, foi criado em 1998, por meio de um projeto de extensão da Universidade Federal. Naquele momento se constituía como Fórum Permanente de Educação de Jovens e Adultos da Grande Vitória e estava voltado, principalmente para as demandas de formação dos educadores que buscavam na Universidade as oportunidades de formação.

Sendo assim, inicialmente, o Fórum se apresentava, muito mais, como espaço de formação, de informação e de intercâmbio de experiências do que como instância de discussão política e de encaminhamento de ações efetivas na defesa e valorização da EJA junto às instâncias públicas. Ao longo do tempo, em função da dinâmica dos cenários produzidos pela mobilização crescente em nível nacional, e pelo próprio fortalecimento do movimento em âmbito estadual, o Fórum Permanente de EJA da Grande Vitória passou a se constituir, em 2001, como Fórum de Educação de Jovens e Adultos do Espírito Santo.

No seu percurso o Fórum/ES tem contado com a adesão de diversas entidades envolvidas com a EJA: CEEJAs, UNDIME, Movimentos Sociais, Ifes Campus de Vitória, Ação Comunitária do Espírito Santo, Associação dos Educadores

Cristãos, Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Espírito Santo, dentre outros. Neste movimento, ressaltamos a importância do acompanhamento, pelo Fórum, das políticas de EJA que estão sendo desenvolvidas no estado do ES, reafirmando que o público desta modalidade de educação é constituído, basicamente, por pessoas, que em algum momento de sua trajetória escolar, tiveram seu acesso negado ou, ainda, nunca teve acesso à escolarização. Portanto para essas pessoas a EJA se constitui no resgate de uma dívida social.

Além disso, compreendemos a importância da elevação da escolaridade e alfabetização de milhares de brasileiros, no entanto, ponderamos que essa ação não pode ser de forma aligeirada, desconsiderando as especificidades e os diferentes tempos de aprendizagens dos sujeitos da EJA. É necessário romper com essa lógica e priorizar a construção do conhecimento e da formação de educandos ao longo da vida.

Diante do exposto, objetivando fortalecer as lutas pela constituição de políticas públicas efetivas para esta modalidade, o Fórum de EJA do ES propõe alguns direcionamentos para serem observados por esta Secretaria de Educação, no momento da discussão e implementação das políticas de EJA:

1. Compreender a educação de jovens e adultos como um direito e assegurar a ampliação desse direito à educação básica pública, gratuita e de qualidade, por meio da universalização do ensino fundamental e médio e ensino médio integrado - PROEJA;
2. Assegurar que a oferta da modalidade EJA no Estado seja assumida na sua especificidade e modo próprio de ser, voltada para a diversidade de seus sujeitos, o que pressupõe que a lógica da Suplência na organização dos cursos, marcada pelo aligeiramento e busca da certificação, não prevaleça sobre a lógica do direito à educação e à formação humana;
3. Compreender a Alfabetização como parte constituinte da educação básica;

4. Assegurar e fiscalizar o cumprimento dos mecanismos legais que permitam o acesso do aluno a escola, independente de documento comprobatório de escolaridade, tais como classificação e reclassificação;
5. Assegurar a abertura de turmas e a matrícula do jovem e adulto, em qualquer época do ano e em horários alternativos, de acordo com a demanda da comunidade;
6. Assegurar a abertura de turmas de EJA Ensino Fundamental e Médio, nas comunidades campesinas, reabrindo escolas que foram paralisadas ou extintas, evitando a dependência de transporte escolar para deslocamento para as escolas urbanas e contribuindo para o retorno das crianças e dos adolescentes para as escolas próximas a suas comunidades;
7. Estabelecer uma política de formação específica para os profissionais que atuam na EJA;
8. Garantir a efetivação de currículos que considerem as especificidades da vida jovem e adulta e a formação política para a cidadania;
9. Estabelecer um currículo flexível para os aprendizes da EJA, em que os educandos sejam respeitados e as suas aprendizagens tenham significado real para as suas vidas profissionais e cotidianas.
10. Descentralizar o sistema de ensino e conceder autonomia aos CEEJAs para que formulem projetos pedagógicos pertinentes às necessidades educativas das comunidades em que estão inseridos, convertendo estes em *locus* privilegiado de desenvolvimento curricular;

Nesse sentido, o governo precisa assumir que a aprendizagem deve ser compreendida em sentido amplo, como parte essencial da vida. Em tal contexto cultural, a educação de adultos deixa de ser associada ao atraso e à

pobreza e passa a ser tomada como indicador do mais alto grau de desenvolvimento econômico e social.

Vitória, 09 de novembro de 2011.